SUMÁRIO

1 PREVISÃO CONSTITUCIONAL 1
1.1 ADOÇÃO 2
1.2 TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS – DIREITOS DECORRENTES 4
1.2.1 Tratados 6
1.2.2 Convenções 6
1.2.3 A Convenção de Haia perante o direito positivo interno 7

2 PREVISÃO ESTATUTÁRIA 9
2.1 GENERALIDADES – ART. 39/52 ECA 9
2.2 ADOÇÃO POR ESTRANGEIROS 13

3 CONVENÇÃO DE HAIA – COMENTÁRIOS 23
3.1 CAPÍTULO I – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO 26
3.1.1 Comentários 27
3.1.2 Âmbito de aplicação 28
3.2 CAPÍTULO II – REQUISITOS PARA AS ADOÇÕES INTERNACIONAIS 30
3.2.1 Comentários 32
3.3 CAPÍTULO III – AUTORIDADES CENTRAIS E ORGANISMOS CREDENCIADOS 34
3.3.1 Comentários 37

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4 CAPÍTULO IV – REQUISITOS PROCESSUAIS PARA A ADOÇÃO INTERNACIONAL 38
3.4.1 Comentários 43
3.5 CAPÍTULO V – RECONHECIMENTO E EFEITOS DA ADOÇÃO 46
3.5.1 Comentários 48
3.6 CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS 49
3.6.1 Comentários 53
3.7 CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS FINAIS 54
3.7.1 Comentários 57

4 DECRETO Nº 3.174, DE 16 DE SETEMBRO DE 1999 59
4.1 COMENTÁRIOS 63

5 CONCLUSÕES 67
1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL 67
2. PREVISÃO ESTATUTÁRIA 68
3. CONVENÇÃO DE HAIA – COMENTÁRIOS 69

6 VISÃO ESQUEMÁTICA 73
6.1 FASE ADMINISTRATIVA 73
6.2 FASE JUDICIAL 74

ANEXO A – OS DIREITOS DA CRIANÇA 77

ANEXO B – JURISPRUDÊNCIA 81

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br